



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Projeto de Lei Ordinária nº 1898/2020

Autor: Executivo Municipal.

**PARECER**

PROJETO DE LEI N. 1898/2020. AUTORIZA A  
REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS ATRAVÉS DA  
TRANSPOSIÇÃO DO REMANEJAMENTO E  
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE  
UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA  
OUTRA OU DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO  
NO VIGENTE ORÇAMENTO. COMPETÊNCIA  
EXECUTIVO MUNICIPAL.  
CONSTITUCIONALIDADE.

**I- RELATÓRIO.**

Cuidam os autos de Projeto de Lei Ordinária nº 1898/2020 de autoria do Executivo Municipal, cujo objetivo é requerer autorização para realocar dotações orçamentárias nos órgãos e entidades que compõe a estrutura organizacional do município de João Pessoa por transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no valor de R\$ 717.000,00 (setecentos e dezessete mil reais).

Em apertada síntese, eis o relatório. Passamos a opinar.

**II- FUNDAMENTAÇÃO.**

Analisando o conteúdo do Projeto de Lei em questão, verifica-se que o Executivo Municipal requer autorização para realocar dotações orçamentárias nos órgãos e entidades que compõe a estrutura organizacional do município de João Pessoa por transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, no valor de R\$ 717.000,00 (setecentos e dezessete mil reais).

De fato, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa  
clarividente, que é garantido ao Município legislar sobre matérias de interesse local, o que de fato é exatamente o caso dos autos.

Neste diapasão o art. 167 da Constituição Federal prevê em seu inciso VI que a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro depende de autorização legislativa, o que de fato o Executivo Municipal requer com o presente Projeto de Lei.

Importante ressaltar ainda que o artigo 30 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa, prevê em seu inciso III, a competência privativa do Prefeito Municipal para legislar sobre orçamento anual, diretrizes orçamentárias e planos plurianual.

Vejamos o que prevê a sobredita norma:

*“Artigo 30 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:*

*I – regime jurídico dos servidores;*

*II – criação de cargos, empregos ou funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;*

**III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e planos plurianual;**

*IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do município.” (grifo nosso)*

Cumpramos registrar que a esta Comissão cabe o exame da constitucionalidade e legalidade dos projetos de lei (Art. 42, inciso I da RICMJP). Estando a proposição de acordo com a Constituição Federal (Art. 30, inciso I), com a Constituição Estadual (Art. 21, §1º da Constituição Estadual), com a Lei Orgânica do Município (Art. 30 da LOM), não se vislumbram motivos jurídicos para o impedimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

O presente Projeto de Lei versa sobre interesse estritamente local, além de ser competência comum de todos os entes federativos zelar pela guarda da Constituição, das leis, e das instituições democráticas, visando sempre à proteção do bem comum.

Por este prisma, se verifica a plena viabilidade e a constitucionalidade do presente Projeto.



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

III- CONCLUSÃO.

Ante o exposto, opinamos pela Constitucionalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 1898/2020 pelos argumentos acima elencados.

Salvo melhor juízo.

É o parecer.

João Pessoa em 18/06/2020.

Fernando Milanez Neto  
Vereador Relator



ESTADO DA PARAÍBA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

**PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa opina pela Constitucionalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 1898/2020, concluindo pela emissão de **PARECER FAVORÁVEL** a sua aprovação:

Thiago Lucena  
Vereador Presidente

Bruno Farias de Paiva  
Vereador Vice-Presidente

Fernando Milanez Neto  
Vereador Membro

Leo Bezerra  
Vereador Membro

Valdir José Dowsley  
Vereador Membro

Gabriel Carvalho Câmara  
Vereador Membro

Tanilson Soares  
Vereador Membro